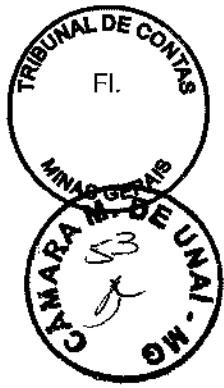




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabáglio, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2111



Ofício nº: 8580/2018

Processo nº: 969063, em anexo 997591

Belo Horizonte, 10 de maio de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor
Olímpio Antunes Ribeiro Neto
Presidente da Câmara Municipal de Unaí
Av. José Luiz Adjuto, 117 - Centro
Unaí - MG - 38610-000.

Senhor Presidente,

Por orden de Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico-lhe que foi emitido o parecer prévio sobre as contas desse Município, mantido pelo Pedido de Reexame.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br "ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS".

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, consoante disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 102, de 18/01/2008, deverá ser enviada a este Tribunal cópia autenticada da Resolução votada, promulgada e publicada, bem como das atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

Cientifico-lhe, ainda, que a descumprimenta da remessa dos documentos listados, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retro mencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/03, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais cabíveis.

Respostosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

COMUNICADO IMPORTANTE

As intimações referentes a este processo serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial de Contas, salvo disposição expressa do Relator, nos termos do disposto no art. 166, §3º da Res. 12/2008 e art. 26, §2º da Res. 10/2010. Acesse: doc.tce.mg.gov.br.

Cadastre-se no sistema PUSII e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TCE-MG**Relatório de Dados do Processo****DADOS DO PROCESSO:**

No Processo:	969063	Protocolo/Ano:	9000383400 / 2015	Data Cadastro:	04/11/2015	Ano Ref.:	2014
Natureza:	PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL			Tipo de Administração:	DM		
Localização:	COORDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃD - CADEL			Novo Processo:			
Situação:	AGUARDANDO TRÂNSITD EM JULGADO						
Procedência:	MUNICÍPID DE UNAÍ						
No Antigo:		Processo Principal:					
Município:	UNAÍ			Qtde. Anexos:			

APENSAO AO PROCESSO:

N	Data	Setor Responsável	Motivo
997591	17/11/2016	PROTDCOLO	EXAME DE RECURSD

DISTRIBUIÇÃO:

Relator:	CDNS. GILBERTO DINIZ	Distribuído em:	04/11/2015
Coligado:	SEGUNDA CÂMARA	Redistribuído em:	
Auditor:			
Procurador MP:	MARIA CECÍLIA	Distribuído em:	03/05/2016
Assunto:	REMESSA DE PRESTACAO DE CONTAS ANUAL DO EXERCICIO DE 2014		

RESPONSÁVEL / INTERESSADO / PROCURADOR:

Nome:	CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ	Tipo:	Órgão/Entidade
Nome:	DELVITO ALVES DA SILVA FILHO	Tipo:	Responsável
Nome:	MUNICÍPIO DE UNAÍ	Tipo:	Direção/Entidade

ÚLTIMAS TRAMITAÇÕES:

N GUIA:	Origem:	Ocorrência:
1399122 06/04/2018		09/04/2018
	COORDENADORIA DE DELIBERAÇÃD E	CODRDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃD - CDLEGIA



JURISPRUDÊNCIA

1396423	23/03/2018	SECRETARIA DA 2ª CÂMARA	CADEL
1395770	20/03/2018	GABINETE CDNS, JOSE ALVES VIANA	23/03/2018 CDDRDENADRIA DE DELIBERAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA
1395530	20/03/2018	SECRETARIA DA 2ª CÂMARA	21/03/2018 SECRETARIA DA 2ª CÂMARA
1393989	12/03/2018	GABINETE CONS. JOSE ALVES VIANA	20/03/2018 GABINETE CONS. JOSE ALVES VIANA
1370142	10/10/2017	MINISTÉRID PÚBLICO DE CDNTAS	12/03/2018 SECRETARIA DA 2ª CÂMARA
1370105	10/10/2017	GABINETE DRA. MARIA CECÍLIA	10/10/2017 GABINETE CONS. JOSE ALVES VIANA
1364113	15/09/2017	MINISTÉRID PÚBLICO DE CDNTAS	10/10/2017 MINISTÉRID PÚBLICO DE CONTAS
1363974	14/09/2017	DCEM - DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DDS MUNICÍPIOS	15/09/2017 GABINETE DRA. MARIA CECÍLIA
			15/09/2017 MINISTERID PÚBLICD DE CONTAS

DECISÃO(ÕES):

Sessão: 06/10/2016	Tipo: NORMAL	Competência: SEGUNDA CÂMARA	Relator: CONS. GILBERTO DINIZ
Decisão: REJEIÇÃO DAS CDNTAS		Ocorrência:	
Sessão: 22/03/2018	Tipo: NORMAL	Competência: SEGUNDA CÂMARA	Relator: CONS. GILBERTO DINIZ
Decisão:		Ocorrência:	

OFÍCIO(S):

Ano	No	Parte	Dt.Comun.	Dt.Vcto.	Decorrência
2018	8580	OLÍMPIO ANTUNES RIBEIRO NETO	10/05/2018		
2018	8579	JOSÉ GDMES BRANQUINHD	10/05/2018		
2016	11970	DELVITO ALVES DA SILVA FILHO	18/07/2016	31/08/2016	ABERTURA DE VISTA - CITAÇÃO
2016	598	DELVITD ALVES DA SILVA FILHO	25/01/2016	03/03/2016	ABERTURA DE VISTA - CITAÇÃO

APENSO(S):

Processo	Data	Setor Responsável	Motivo
997591	17/11/2016	PROTOCOLO	EXAME DE RECURSO>

PEÇAS PROCESSUAIS:

Data do Arquivo	Descrição	Link
03/04/2018	ACÓRDÃO	Ver íntegra do documento
17/10/2016	PARECER	Ver íntegra do documento
06/09/2016	PARECER MP	Ver íntegra do documento
30/08/2016	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento
13/07/2016	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
08/07/2016	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento
29/06/2016	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
25/05/2016	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
06/05/2016	PARECER MP	Ver íntegra do documento
03/05/2016	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento
09/12/2015	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
01/12/2015	RELATÓRIO TÉCNICO	Ver íntegra do documento

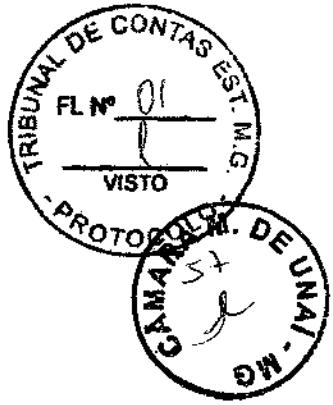
ADVOGADO(S) CADASTRADO(S):

Name	Número da OAB
PAULD GILBERTO ALVES DE SOUSA	OAB/MG 098.110
JOSE INACIO LUCAS	OAB/MG 105.993





TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS



DISTRIBUIÇÃO

Autos de nº. : 969063

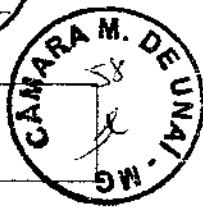
Natureza : PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL

Distribuição em : 04/11/2015 às 19:31:10

Ao Exmo. Sr. Relator : CONS. GILBERTO DINIZ



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

1 - Informações Preliminares

Considerando a competência prevista no art. 31 da Constituição da República de 1988, no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e no inciso II do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, procedeu-se à análise das contas anuais prestadas nos termos da Instrução Normativa 03/2014.

Prefeito(s)

Periodo:	01/01/14 até 31/12/14	CPF:	149.746.061-15
Endereço:	VIRGILIO JUSTINIANO RIBEIRO, CENTRO - 38.610-000	Identidade:	MG18600 - SSPDF
E-mail:	prefeitura@prefeitura.mg.gov.br	Telefone:	(0038)9805-0014

Responsáveis pela Contabilidade

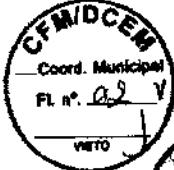
Periodo:	01/06/14 até 31/12/14	Identidade:	963824 - SSPDF
Endereço:	CONJUNTO C LOTE, PLANALTINA - 73.340-103	Telefone:	(0038)3676-4073
E-mail:	adellson2005@gmail.com	C.R.C:	05252807
CPF:	372.149.421-00		
Periodo:	01/01/14 até 31/05/14	Identidade:	1287494 - SSPDF
Endereço:	ALBA GONZAGA, CENTRO - 38.610-000	Telefone:	(0038)3676-4254
E-mail:	decon@prefeituraunaí.mg.gov.br	C.R.C:	06634703
CPF:	765.056.936-53		

Responsáveis pelo Controle Interno

Periodo:	01/01/14 até 31/12/14	CPF:	728.924.126-68
Endereço:	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA, CRUZEIRO - 38.610-000	Identidade:	5960170 - SSPDF
E-mail:	prefeitura@prefeituraunaí.mg.gov.br	Telefone:	(0038)3676-1966

Parecer do Controle interno:

Regularidade das Contas



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2014 foi aprovada sob o nº 2896

Receita e Despesa Orçada: 179.242.612,13

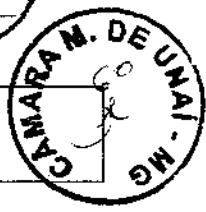
2.1 - Créditos Suplementares

Lei Orçamentária Anual	2896	03/01/2014	20,00	35.848.522,43	70.962.595,98
Total autorizado na LOA				35.848.522,43	70.962.595,98
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2938	01/10/2014		246.981,40	246.981,40
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar n 2950	2950	17/12/2014		587.052,57	587.052,57
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2951	17/12/2014		2.844.000,00	2.844.000,00
Créditos Suplementares Irregulares					35.114.073,55

Créditos Suplementares Abertos por Origem

Créditos Suplementares Abertos por Anulação de Dotações	61.528.929,08
Créditos Suplementares Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	13.111.700,87
Total Aberto por Origem	74.640.629,95

Foram abertos créditos suplementares no valor de R\$ 35.114.073,55 sem cobertura legal, contrariando o disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.2 - Créditos Especiais

2906	01/04/2014	60.000,00	60.000,00	0,00	
2907	07/04/2014	4.243,20	4.243,20	0,00	
2913	07/05/2014	21.000,00	21.000,00	0,00	
2917	10/07/2014	80.000,00	80.000,00	0,00	
2919	16/06/2014	20.000,00	20.000,00	0,00	
2937	01/10/2014	10.000,00	10.000,00	0,00	
2948	20/11/2014	188.000,00	188.000,00	0,00	
Créditos Especiais Irregulares					0,00

Créditos Especiais Abertos por Origem

Créditos Especiais Abertos por Anulação de Dotações	383.243,20
Créditos Especiais Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Especiais Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Especiais Abertos por Superávit Financeiro	0,00
Total Aberto por Origem	383.243,20

2.3 - Créditos Extraordinários

Total			0,00



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.4 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis						
2.4.1 - Excesso de Arrecadação						
100 - Recursos Ordinários	6.566.207,81	0,00	0,00	76.508.002,35	78.967.031,02	-2.459.028,67
101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação	1.233.670,35	0,00	0,00	12.552.125,46	12.375.278,22	176.847,24
102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	1.227.611,72	0,00	0,00	30.005.217,98	29.808.165,43	197.052,55
103 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira	552.985,15	0,00	0,00	19.191.000,00	11.299.745,72	7.891.254,28
117 - Contribuição para Custo dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	319.979,28	0,00	0,00	844.428,35	844.428,35	0,00
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	162.275,60	0,00	0,00	17.388.750,67	17.178.743,39	210.007,28
119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	108.183,39	0,00	0,00	2.853.181,97	2.845.514,96	7.667,01
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	124.482,10	0,00	0,00	2.063.868,10	2.061.462,71	2.405,39
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	823.767,59	0,00	0,00	255.259,04	238.623,04	16.636,00



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.4 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis

2.4.1 - Excesso de Arrecadação

124 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	2.292.913,41	0,00	0,00	2.050.879,44	2.050.785,19	94,25	
142 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	66.082,09	0,00	0,00	18.397,63	18.397,63	0,00	
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	107.057,77	0,00	0,00	198.143,97	186.452,27	11.691,70	
147 - Transferência do Salário- Educação	12.959,08	0,00	0,00	151.485,96	147.488,79	3.997,17	
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	299,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
153 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	115.206,36	0,00	0,00	126.424,50	118.512,00	7.912,50	
156 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	8.137,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
157 - Multas de Trânsito	168.727,86	0,00	0,00	187.783,00	187.783,00	0,00	
192 - Alienação de Bens	767.220,90	0,00	0,00	824.604,77	812.465,77	12.139,00	
Total		0,00					



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014
2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.4.2 - Superávit Financeiro

14.401.216,90	13.111.700,87	0,00

2.5 - Créditos Disponíveis

192.354.313,00	179.563.485,47	0,00

Obs.: Os Créditos Concedidos referem-se ao valor da despesa atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções).

Considerações:

Lei Municipal n. 2950, de 17/12/2014, conforme cópia de fl. 20.



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

Informações

Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - Receita Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)		106.078.197,09	
Repasso Concedido		7.140.048,39	
(-) Numerário Devolvido		0,00	
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas		0,00	
Total do Repasse Concedido	6,73	7.140.048,39	
Limite Percentual e Valor Devido Conforme (Art 29-A, CR/88)	7,00	7.425.473,80	
Percentual Excedente e Valor Excedente	0,00	0,00	

Informações Complementares

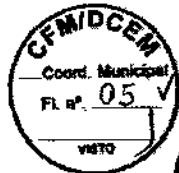
População*	82298
Número de Vereadores	17
Inciso conforme Caput Art. 29-A	1

*Fonte do dado: Última estimativa disponibilizada no site do IBGE.

O valor do repasse atendeu o disposto no Inciso I do Caput do artigo 29-A da Constituição Federal/88.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí

Nº do Processo: 969063

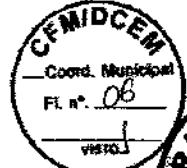
4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Exercício: 2014

1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	3.301.242,94
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	83.344,52
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	329.099,70
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	1.778.021,51
Sub Total	5.491.708,67
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.052.309,89
Sub Total	6.052.309,89
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.582.459,57
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	89.871,22
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.662,23
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	65.504,79
Sub Total	8.748.497,81
1112.04.31 - Imposto de Renda Rebido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	5.890.698,06
Sub Total	5.890.698,06
Sub Total	0,00
Total	26.183.214,43
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	32.402.449,67
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.244.183,90
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 67/96	290.082,00
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	43.975.022,56
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	7.911.513,86
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	803.324,51
Total	86.626.576,50
TOTAL DAS RECEITAS (A)	112.809.790,93



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: União da Vitória

Nº do Processo: 969063

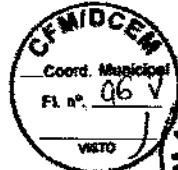
Exercício: 2014

4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Exercício Atual

B - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	28.202.447,73	
C - Valor da Aplicação	24,88	28.070.886,85	
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)			-131.560,88

Não foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino tendo aplicado somente 24,88% da Receita Base de Cálculo.



Município: Unaí

Nº do Processo: 969063

4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Exercício: 2014

Função/ Subfunção/ Programa

0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	705.203,68	0,00	67.592,28	772.795,96
0003 - DIRECAO ESTRATEGICA	2.171.872,10	73.596,28	15.623,45	2.261.091,83
0012 - DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA EDUCACAO	51.847,76	26.217,99	0,00	78.065,75
Sub Total	2.928.923,54	99.814,27	83.215,73	3.111.953,54
0010 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	1.839.584,60	109.905,30	13.936,88	1.963.426,78
0011 - APOIO AO EDUCANDO	3.857.537,42	127.349,10	14.297,98	3.999.184,50
Sub Total	5.697.122,82	237.254,40	28.234,86	5.962.611,28
0010 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	2.168.782,35	27.966,70	10.369,15	2.207.118,20
Sub Total	2.168.782,35	27.966,78	18.369,15	2.207.118,20
0010 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	6.100,33	0,00	0,00	6.100,33
Sub Total	6.100,33	8,88	0,00	6.100,33
12 - Total Educação	10.600.928,24	365.035,37	121.819,74	11.287.783,35

Resumo

Valor Pago (A)		10.800.928,24
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)		17.050.077,19
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)		486.855,11
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)		28.337.860,54
Disponibilidade de caixa (D)		230.845,75
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)		10.964,33
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)		219.881,42
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)		266.973,69
Total Aplicado (H = C - G)		28.070.886,85



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí

Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana		3.301.242,94
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU		83.344,52
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		329.099,70
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU		1.778.021,51
Sub Total		5.491.708,67
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis		6.052.309,89
Sub Total		6.052.309,89
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		8.582.459,57
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS		89.871,22
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		10.662,23
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS		65.504,79
Sub Total		8.748.497,81
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho		5.890.698,06
Sub Total		5.890.698,06
Sub Total		0,00
Total		26.183.214,43
RESUMO DA RECEITA DE MUNICÍPIO		
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios		32.402.449,67
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural		1.244.183,90
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96		290.082,00
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS		43.975.022,56
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA		7.911.513,86
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação		803.324,51
Total		86.626.576,50
TOTAL DAS RECEITAS (A)		112.809.790,93



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

Resumo da Aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Exercício Atual			
B - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	16.921.468,64	
C - Valor da Aplicação	24,09	27.172.359,89	
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)		10.250.891,25	

Foi aplicado o percentual de 24,09% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

Não existe valor residual a ser aplicado referente a exercício anterior (caput art 25 da Lei Complementar nº 141 de 13/01/2012).
No exercício de 2014, apuramos aplicação de R\$ 27.172.359,89 nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, correspondendo ao percentual de 24,09% superior ao limite mínimo constitucional exigido. Entretanto o Demonstrativo da Aplicação do Resíduo evidencia a não utilização pelo município das modalidades pertinentes (74,76 e 96). Assim, permanece não atendido o disposto no art. 25 da LC 141/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí

Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

5 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa				
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	3.230.152,04	0,00	578.354,15	3.808.506,19
0003 - DIRECAO ESTRATEGICA	2.485.790,08	177.727,70	48.150,92	2.711.668,70
0005 - GESTAO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS	917.506,84	17.536,95	1.171,65	936.215,44
Sub Total	6.633.448,96	195.264,65	627.676,72	7.456.396,33
0013 - SAUDE DA FAMILIA	353.783,75	11.090,56	29.066,26	393.940,57
0014 - ATENCAO BASICA EM UNIDADES CONVENCIONAIS	103.695,89	605,08	0,00	104.300,97
0015 - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	151.131,12	0,00	0,00	151.131,12
0016 - ATENCAO BASICA EM SAUDE BUCAL	1.540.186,84	3.999,86	6.480,00	1.550.666,70
0017 - NUCLEO DE APOIO AO SAUDE DA FAMILIA	117.517,88	0,00	0,00	117.517,88
0018 - PLANEJAMENTO FAMILIAR E SAUDE DA MULHER	57.099,21	0,00	0,00	57.099,21
0059 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS	50,00	0,00	0,00	50,00
Sub Total	2.323.464,69	15.695,50	35.546,26	2.374.706,45
0021 - TRANSPORTE SANITARIO	892.022,48	68.154,40	87.626,47	1.047.803,35
0028 - ATENCAO A SAUDE MENTAL	338.398,16	0,00	0,00	338.398,16
0029 - ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	1.912.540,18	3.958,50	85.838,51	2.002.337,19
0030 - ATENCAO EMERGENCIAL E HOSPITALAR	11.935.712,23	153.923,31	475.622,36	12.565.257,90
0059 - TRANSFERENCIAS DE RECURSOS	236.362,90	772,20	267,30	237.402,40
Sub Total	15.315.635,95	226.868,41	649.354,64	16.191.199,66



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí

Nº do Processo: 969063

5 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

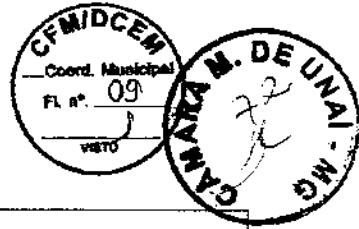
Exercício: 2014

Função/ Subfunção/ Programa

0022 - LABORATORIO MUNICIPAL	959.251,94	0,00	0,00	959.251,94
0023 - TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO	0,00	0,00	35.200,00	35.200,00
0025 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	167.742,98	4.687,44	0,00	172.430,42
0026 - PREVENCAO AS DST E AIDS	45.338,97	0,00	0,00	45.338,97
0030 - ATENCAO EMERGENCIAL E HOSPITALAR	495.211,40	0,00	0,00	495.211,40
Sub Total	1.867.545,29	4.687,44	35.200,00	1.787.432,73
0020 - VIGILANCIA SANITARIA	188.732,45	0,00	0,00	188.732,45
Sub Total	188.732,45	8,00	8,88	188.732,45
0019 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL	1.044.132,55	177,84	1.808,79	1.046.119,18
Sub Total	1.044.132,55	177,84	1.808,79	1.046.119,18
10 - Total Saúde	27.172.359,89	442.633,84	1.349.586,41	28.964.580,14

Resumo

Valor Pago (A)	27.172.359,89
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	1.792.220,25
Subtotal (C = A + B)	28.964.580,14
Disponibilidade de caixa (D)	17.299,15
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	21.794,56
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) Inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	1.792.220,25
Total Aplicado (H = C - G)	27.172.359,89



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Despesa Total com Pessoal no Ano

3.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	97.413.341,76	5.616.592,55	103.029.934,31
3.1.00.00.00 - PESSIONAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.413.341,76	5.616.592,55	103.029.934,31
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	92.366.625,26	5.360.867,47	97.727.492,73
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	7.312.975,49	0,00	7.312.975,49
3.1.90.01.01 - APOSENTADORIAS CUSTEADAS CDM RECURSOS DD RPPS	7.312.975,49	0,00	7.312.975,49
3.1.90.03.00 - PENSÕES	2.153.492,34	0,00	2.153.492,34
3.1.90.03.01 - PENSÕES CUSTEADAS CDM RECURSOS DD RPPS	2.153.492,34	0,00	2.153.492,34
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.519.006,38	0,00	15.519.006,38
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	633.087,90	0,00	633.087,90
3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%)	326,34	0,00	326,34
3.1.90.04.99 - Outros	14.885.592,14	0,00	14.885.592,14
3.1.90.05.00 - OUTRDS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.207.299,36	0,00	1.207.299,36
3.1.90.05.01 - Outros Benefícios Previdenciários de Pessoal Ativo	1.048.778,64	0,00	1.048.778,64
3.1.90.05.02 - Outros Benefícios Previdenciários de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos do RPPS	158.520,72	0,00	158.520,72
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.493.640,19	4.938.298,63	65.431.938,82
3.1.90.11.01 - PESSIONAL (RECURSOS: MÍNIMO DE 60%)	2.304.621,11	0,00	2.304.621,11
3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSOS: 40%)	265.191,65	0,00	265.191,65
3.1.90.11.03 - PESSIONAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO RPPS), EXCETO FUNDEB	51.730.978,58	2.619.104,42	54.350.083,00
3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO INSS), EXCETO FUNDEB	122.465,01	1.146,54	123.611,55



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios

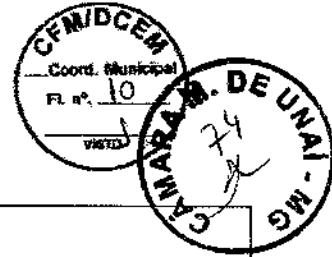


Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

3.1.90.11.05 - PESSOAL CARGO COMISSIONADO, EXCETO FUNDEB	4.175.993,29	876.194,37	5.052.187,66
3.1.90.11.06 - SUBSÍDIO VEREADOR	0,00	1.345.475,20	1.345.475,20
3.1.90.11.07 - SUBSÍDIO PREFEITO	227.701,33	0,00	227.701,33
3.1.90.11.08 - SUBSÍDIO VICE-PREFEITO	123.326,29	0,00	123.326,29
3.1.90.11.09 - SUBSÍDIO SECRETÁRIO MUNICIPAL	1.543.362,93	0,00	1.543.362,93
3.1.90.11.10 - SUBSÍDIO PRESIDENTE DA CÂMARA	0,00	96.378,10	96.378,10
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAL	4.448.693,07	422.568,84	4.871.261,91
3.1.90.13.01 - FGTS (EXCETO FUNDEB)	7.371,96	0,00	7.371,96
3.1.90.13.02 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS (EXCETO FUNDEB)	629.375,48	0,00	629.375,48
3.1.90.13.03 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O INSS (EXCETO FUNDEB)	3.160.752,21	422.568,84	3.583.321,05
3.1.90.13.04 - OBRIGAÇÕES PATRONAL FUNDEB (MÍNIMO DE 60%)	567.016,22	0,00	567.016,22
3.1.90.13.99 - DUTRAS OBRIGAÇÕES	84.177,20	0,00	84.177,20
3.1.90.16.00 - DUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	175.016,51	0,00	175.016,51
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	175.018,51	0,00	175.018,51
3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	139.017,17	0,00	139.017,17
3.1.90.92.01 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DE PESSOAL ATIVO	5.496,46	0,00	5.496,46
3.1.90.92.03 - Despesas de Exercícios Anteriores de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	133.520,71	0,00	133.520,71
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	917.484,75	0,00	917.484,75
3.1.90.94.01 - INDENIZAÇÃO PDR DEMISSÃO DE SERVIDORES DUE EMPREGADOS	328.546,09	0,00	328.546,09
3.1.90.94.03 - RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	588.938,66	0,00	588.938,66



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

3.1.81.00.00 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.	5.046.716,50	255.725,08	5.302.441,58
3.1.81.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.046.716,50	255.725,08	5.302.441,58
3.1.81.13.02 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS (EXCETO FUNDEB)	4.446.365,30	255.725,08	4.702.090,38
3.1.81.13.04 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB (MÍNIMO DE 60%)	600.351,20	0,00	600.351,20

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio.	10.673.767,19	0,00	10.673.767,19
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	917.484,75	0,00	917.484,75
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	139.017,17	0,00	139.017,17
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	11.730.269,11	0,00	11.730.269,11
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	85.683.072,65	5.616.592,55	91.299.665,20



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Receitas

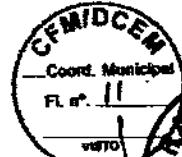
Receitas		
Receitas		189.086.895,40
95 - FUNDEB		17.050.077,19
Sub Total		17.050.077,19
92 - Restituições		1.088.650,27
Sub Total		1.088.650,27
Total		18.138.727,46
7940.00.00 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para a Amortização de Déficit Atuarial do RPSS		4.751.176,94
7210.29.15 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		734.802,68
7210.29.01 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		4.878.409,88
Sub Total		10.364.388,48
1210.29.11 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		5.380,96
1210.29.07 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		4.423.471,86
1210.29.09 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		66.430,25
Sub Total		4.495.283,07
1922.10.00 - RESTITUIÇÕES		73.762,30
Sub Total		73.762,30
Total		14.933.434,85
Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)		156.014.733,09

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Permitido pela Lei Complementar 101/2000	84.247.955,87	9.360.883,99	93.608.839,85
Total da Despesa com Pessoal	85.683.072,65	5.616.592,55	91.299.665,20
% Aplicado	54,92	3,60	58,52
% Excedente	0,92	0,00	0,92



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unaí
Nº do Processo: 969063

Exercício: 2014

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

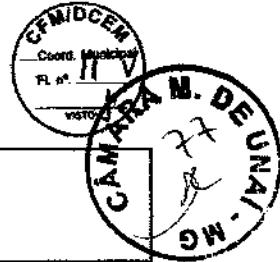
O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, iii, b, tendo sido aplicados 54,92% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, iii, a, tendo sido aplicados 3,60% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, iii, tendo sido aplicados 58,52% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Considerações:

De acordo com o anexo I do Relatório LRF, fl. 25/26, o Poder Executivo não adequou os gastos com pessoal, não tendo eliminado o excedente. O Executivo aplicou 54,92% da receita corrente líquida com despesas de pessoal, não tendo cumprido o limite estabelecido no art. 20, inciso III, alínea b, da Lei nº 101/2000, bem como obrigação imposta pelo art. 23 da Lei nº 101/2000.



Município:	Unaí	Exercício:	2014
Nº do Processo:	969063		

7 - CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Foram abertos créditos suplementares no valor de R\$ 35.114.073,55 sem cobertura legal, contrariando o disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 54,92% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Não foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino tendo aplicado somente 24,88% da Receita Base de Cálculo.

CONCLUSÃO:

Após a análise da prestação de contas apresentada, conclui-se que as irregularidades poderão ensejar a rejeição das contas em conformidade com o disposto no inciso III do art. 45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Conforme previsto na IN nº 03/2014, caso a defesa apresentada impacte as remessas mensais consolidadas, essas remessas deverão ser integralmente substituídas no SICOM, obedecendo a ordem sequencial, mediante solicitação de substituição pelo Prefeito no portal do SICOM - ícone Substituição de PCA.

"O relatório técnico e demais documentos que serviram de parâmetro para a análise das contas (arquivo "Relatório Técnico") estão disponíveis no Portal TCEMG no endereço www.tce.mg.gov.br, Aba "Serviços", Funcionalidade "Vista Eletrônica de Processos". Para acessá-los, os responsáveis deverão informar o número de seu CPF e a chave de acesso constante do ofício de citação."

DCEM/

4ªCFM, em 27/11/2015

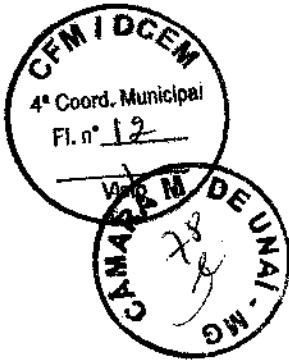
Nome:

JOSE DE ASSIS DRUMOND

Cargo/TC:

Analista de Controle Externo / 15242

LEI N.º 2.896, DE 3 DE JANEIRO DE 2014.



Estabelece a forma de financiamento das políticas públicas a serem executadas pelo Município de Unaí em 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Fica estabelecida, por esta Lei, a forma de financiamento das políticas públicas a serem executadas pelo Município de Unaí durante o exercício financeiro de 2014, comportando o Orçamento Anual, com a receita estimada no montante de R\$ 179.242.612,13 (cento e setenta e nove milhões duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e doze reais e treze centavos), do qual foram deduzidas as retenções para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, fixada, também, a despesa em igual valor, nos termos do artigo 165, § 5º da Constituição Federal; do artigo 156, inciso III da Lei Orgânica do Município e segundo as diretrizes e bases estatuídas pela Lei Municipal n.º 2.844, de 20 de junho de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; e

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da administração direta e indireta a ele vinculados, bem como fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

CAPÍTULO II

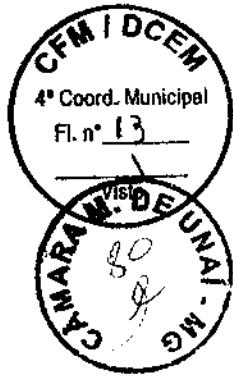
DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I



)

)



(Fls. 2 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)

Da Estimativa da Receita

Subseção Única

Da Receita Total

Art. 2º A receita orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, fica estimada em R\$ 179.242.612,13 (cento e setenta e nove milhões duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e doze reais e treze centavos), deduzidas as contas retificadoras, desdobrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal no valor de R\$ 127.572.100,20 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cem reais e vinte centavos; e

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 51.670.511,93 (cinquenta e um milhões, seiscentos e setenta mil, quinhentos e onze reais e noventa e três centavos).

Art. 3º As receitas ficam estimadas por categoria econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo II do Apêndice A desta Lei.

Art. 4º A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento do Anexo II do Apêndice A desta Lei.

Seção II

Da Fixação da Despesa

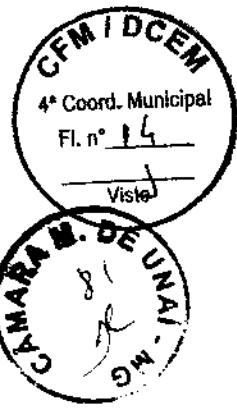
Subseção Única

Da Despesa Total

Art. 5º A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, fica fixada em R\$ 179.242.612,13 (cento e setenta e nove milhões duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e doze reais e treze centavos), desdobrada nos termos do artigo 4º da Lei Municipal n.º 2.844, de 2013, nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal no valor de R\$ 104.407.818,78 (cento e quatro milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e oito centavos);

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 62.625.944,86 (sessenta e dois



(Fls. 3 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)

milhões seiscentos e vinte e cinco mil novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos); e

III – Reserva de Contingência no valor de R\$ 12.208.848,49 (doze milhões duzentos e oito mil oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos), sendo:

- a) no Orçamento Fiscal o valor de R\$ 6.867.477,27 (seis milhões oitocentos e sessenta e sete mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos); e
- b) no Orçamento da Seguridade Social o valor de R\$ 5.341.371,22 (cinco milhões trezentos e quarenta e um mil trezentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos).

Art. 6º Estão plenamente assegurados os recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o artigo 40 da Lei Municipal n.º 2.844, de 2013.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 7º A despesa total fixada por função, poderes e órgãos está definida no Anexo IX do Apêndice A desta Lei.

Seção IV

Da autorização para abertura de crédito

Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 20% (vinte por cento) dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

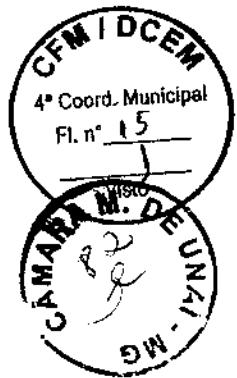
I – anulação parcial ou total de dotações;

II – incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço;

III – excesso de arrecadação em bases constantes; e

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente

(Fls. 4 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)



possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Parágrafo único. Serão obrigatoriamente remetidas à Câmara Municipal de Unaí, em até 5 (cinco) dias úteis de sua respectiva publicação, cópias autenticadas dos decretos de abertura de créditos adicionais suplementares editados em conformidade com a autorização prevista no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 10. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 11. Os recursos orçamentários vinculados aos programas de apoio às políticas públicas não poderão ser remanejados para viabilizar emendas parlamentares.

Parágrafo único. Observado o disposto no *caput* deste artigo, ficam reservados, para eventual viabilização de emendas parlamentares, os programas finalísticos.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

CAPÍTULO IV

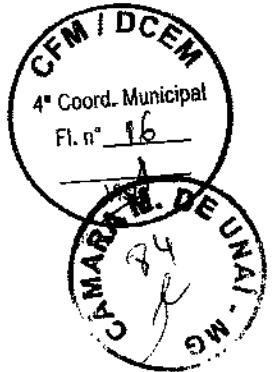
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação de baixa renda.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de créditos para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção da garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.



(Fls. 5 da Lei n.º 2.896, de 3/1/2014)



Art. 15. O Prefeito poderá adotar, no âmbito do Poder Executivo, parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme disposto no artigo 27 da Lei Municipal n.º 2.844, de 2013.

Art. 16. Os Apêndices A, B, C e D, com seus respectivos anexos, demonstrativos, notas e tabelas explicativas e emendas parlamentares aos anexos orçamentários são partes integrantes desta Lei.

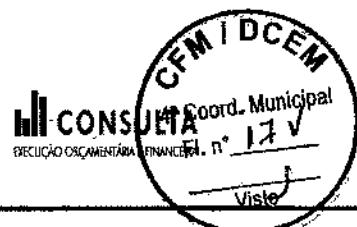
Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 3 de janeiro de 2014; 70º da Instalação do Município.

HERMES MARTINS SOUTO
Prefeito Municipal em Exercício

Nº da Lei	Data da Lei	Tipo da Lei	Artigo	Descrição do Artigo	Percentual Autorizado	Valor Autorizado	Quant. de Decretos Vinculados
2844	20/06/2013	Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	-				
2894	27/12/2013	Lei do Plano Pluriannual - PPA					
2896	03/01/2014	LDA / Suplementação *	-				
2906	01/04/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	2	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE 2014 NO VALOR DE R6000000	20.00%	60.000,00	1
2907	07/04/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R 424320		4.243,20	1
2913	07/05/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	4	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE 2014 NO VALOR DE R2100000		21.000,00	1
2917	10/07/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	5	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AD ORCAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE 2014 NO VALOR DE R 8000000		80.000,00	1
2919	16/06/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO AO ORCAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R 2000000		20.000,00	1
2937	01/10/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO		10.000,00	1
2938	01/10/2014	Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	4	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO		246.981,40	1
2948	20/11/2014	Lei Autorizativa de Crédito Especial	2	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORCAMENTO VIGENTE NO VALOR DE R 18800000 CENTO E OITENTA E DITD MIL REAIS PARA ATENDER A PROGRAMACAO DISCRIMINADA NO ANEXO II DESTA LEI		188.000,00	1
2950	17/12/2014	Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORCAMENTO VIGENTE POR ANULACAO NO VALOR DE R 58705257 QUINHENTOS E OITENTA E SETE MIL CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS PARA ATENDER A PROGRAMACAO DISCRIMINADA NO ANEXO I DESTA LEI		142.052,57	2
2951	17/12/2014	Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	1	FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADD A ABRIR CREDITD ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORCAMENTO VIGENTE POR ANULACAO NO VALOR DE R 284400000 DOIS MILHOES OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS PARA ATENDER A PROGRAMACAO DISCRIMINADA NO ANEXO I DESTA LEI		2.844.000,00	1
						Total	3.816.277,17
							141

* Consultar no relatório Leis IP o texto da Lei para verificar o valor autorizado.

**Município:** 3170404 - Unaí**Data e Hora de Entrega da Remessa:** Remessas atuais**Critérios de Seleção:** Coordenadoria: 4º Cfm - 4º Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Período: Anual**Exercício:** 2014**Data e Hora de Geração:** 27/11/2015 11:08:43**Leis Autorizativas para Abertura de Créditos Adicionais**

Município: 3170404 - União

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4º Cfm - 4º Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Período: Anual, Origem do Recurso: 1 - Superávit Financeiro, 2 - Excesso de Arrecadação, 3 - Anulação de Dotações, 4 - Operação de crédito

Decretos para Abertura de Créditos Adicionais

Total por Tipo de Decreto e Origem do Recurso	Valor Aberto	Total por Tipo de Decreto	Acrescimo	Redução	Saldo
1 - Decreto de Crédito Suplementar	74.640.629,95	1 - Decreto de Crédito Suplementar	74.640.629,95	61.528.929,08	13.111.700,87
1 - Superávit Financeiro	13.111.700,87				
3 - Anulação de Dotações	61.528.929,08	2 - Decreto de Crédito Especial	383.243,20	383.243,20	0,00
			Total	75.023.873,15	61.912.172,28
2 - Decreto de Crédito Especial	383.243,20				13.111.700,87
3 - Anulação de Dotações	383.243,20				
	Total	75.023.873,15			

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto
1	03/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	3.773.226,02
10	28/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	860.879,20
100	17/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	613.930,00
101	24/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	312.402,81
102	26/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	30.000,00
103	30/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.193.000,00
105	01/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	199.270,76
106	07/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2938 - 01/10/2014	3 - Anulação de Dotações	246.981,40
107	07/10/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2937 - 01/10/2014	3 - Anulação de Dotações	10.000,00
108	09/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	30.000,00
109	16/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.693.000,00
110	17/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	445.394,58
111	22/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	558.000,00
112	28/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	500.000,00
113	28/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	3.067.570,00
114	28/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	232.260,49
115	30/10/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	122.300,00
117	03/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	785.000,00
119	11/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	100.160,97
12	29/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.300.000,00
120	18/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	367.000,00
121	19/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	230.622,27
122	20/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	145.886,30
123	24/11/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2948 - 20/11/2014	3 - Anulação de Dotações	188.000,00
124	25/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	250.000,00
125	28/11/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.471.863,46
128	01/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	129.000,00
129	04/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	107.000,00
13	31/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	152.400,00

131	17/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2950 - 17/12/2014	3 - Anulação de Dotações	142.052,57
132	17/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2950 - 17/12/2014	3 - Anulação de Dotações	145.000,00
133	18/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	51.253,50
134	19/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.000,00
135	19/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2951 - 17/12/2014	3 - Anulação de Dotações	844.870,00
136	19/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	815.316,00
138	22/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	114.414,12
139	29/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	16.757,93
14	03/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	105.000,00
140	30/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	589.000,00
141	31/12/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	200.100,00
15	05/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	272.000,00
18	12/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	170.000,00
19	12/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	502.640,00
20	19/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	212.062,00
21	19/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.036.214,57
22	25/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	311.600,00
23	26/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	846.576,00
24	26/02/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	110.000,00
25	06/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	362.782,88
26	13/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	85.000,00
27	19/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	173.282,30
28	20/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	1.500.000,00
29	20/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	804.419,29
3	07/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	59.800,00
30	25/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	2.400.000,00
31	26/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	167.700,00
32	27/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	422.400,00
33	31/03/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	750.000,00
34	02/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	602.742,00
35	03/04/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2906 - 01/04/2014	3 - Anulação de Dotações	60.000,00
36	03/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	328.218,81
37	04/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	40.000,00
38	09/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	93.916,48
39	09/04/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2907 - 07/04/2014	3 - Anulação de Dotações	4.243,20
4	10/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	38.100,00
40	15/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	987.942,00
41	17/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.139.315,43
42	22/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	655.768,78
43	29/04/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.197.095,00
44	07/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	862.254,00
47	12/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	300.000,00
48	13/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	707.277,00
49	19/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	837.484,39
5	16/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	765.900,00
50	22/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	773.487,00

51	23/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	120.000,00
52	27/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	537.591,00
53	27/05/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2913 - 07/05/2014	3 - Anulação de Dotações	21.000,00
55	30/05/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	19.666,00
56	05/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Crédito Municipal	150.000,00
57	09/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	450.000,00
58	11/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	140.370,00
60	18/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	99.714,00
61	25/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	101.089,23
63	27/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	348.491,00
65	27/06/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2913 - 16/06/2014	3 - Anulação de Dotações	20.000,00
66	27/06/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	692.408,12
67	02/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	9.993.000,00
68	03/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	221.000,00
69	07/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	2.280.000,00
7	22/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	133.232,27
70	08/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	4.350.000,00
71	09/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	447.906,00
72	10/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	5.000,00
73	10/07/2014	2 - Decreto de Crédito Especial	2917 - 10/07/2014	3 - Anulação de Dotações	80.000,00
74	10/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	79.000,00
75	15/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	731.178,39
76	15/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	112.890,00
77	17/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.013.000,00
79	23/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.408.204,00
8	22/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	290.500,00
80	23/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	30.000,00
82	30/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	104.663,00
83	30/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	483.000,00
85	31/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	125.000,00
86	31/07/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	212.050,00
87	11/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	106.917,42
88	19/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	150.000,00
89	20/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	84.711,00
9	24/01/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	272.000,00
90	20/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	54.125,21
91	25/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	1.550.981,00
92	28/08/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	152.400,00
96	03/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	459.650,00
97	08/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	205.000,00
98	08/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	3 - Anulação de Dotações	499.995,00
99	17/09/2014	1 - Decreto de Crédito Suplementar	2896 - 03/01/2014	1 - Superávit Financeiro	280.000,00

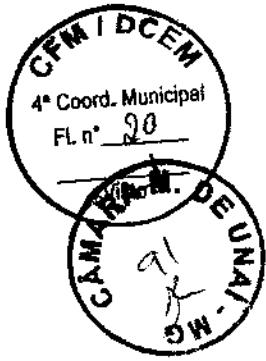
Total 75.023.873,15



Os dados apresentados neste relatório refletem findings o
conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos
jurisdicionados e não contém qualquer juízo de valor
expedito pelo DCEM.



LEI N.º 2.950, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.



Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, por anulação, ao orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, por anulação, no valor de R\$ 587.052,57 (quinhentos e oitenta e sete mil cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), para atender à programação discriminada no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do presente crédito adicional suplementar por anulação estão especificados no Anexo II desta Lei.

§ 2º A vigência do crédito adicional suplementar autorizado no *caput* deste artigo está em conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 167 da Constituição Federal.

§ 3º O presente crédito adicional suplementar destina-se a:

I – atender complementação do saldo de classificações orçamentárias de despesas diversas do Serviço Municipal de Saneamento Básico – Saae; e

II – corrigir erros de orçamentação nas dotações da Câmara Municipal de Unaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 17 de dezembro de 2014; 70º da Instalação do Município.

DELVITO ALVES DA SILVA FILHO
Prefeito



(Fls. 2 da Lei n.º 2.950, de 17/12/2014)

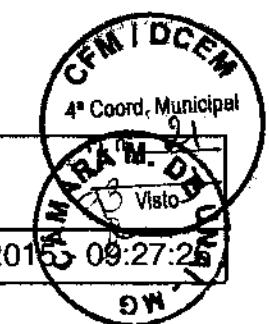
ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DA LEI N.º 2.950, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Crédito

Ordem	Classificação Orçamentária	Ficha	Fonte	Valor (R\$)
1	03.01.00.17.122.0060.2202.3.1.90.11.00	1358	200	80.000,00
2	03.02.00.17.512.0061.2204.3.1.90.11.00	1388	200	200.000,00
3	03.02.00.17.512.0061.2204.4.4.90.52.00	1398	200	80.000,00
4	03.02.00.17.512.0062.2206.3.1.90.16.00	1404	200	5.000,00
5	03.02.00.17.512.0062.2206.3.3.90.30.00	1408	200	80.000,00
6	01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.30.00	1	100	1.000,00
7	01.01.00.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00	3	100	5.000,00
8	01.01.00.01.422.0002.2011.3.3.90.36.00	13	100	300,00
9	01.02.00.01.122.0001.2004.3.1.90.11.00	14	100	18.684,73
10	01.02.00.01.122.0001.2004.3.3.90.30.00	16	100	65.890,37
11	01.02.00.01.272.0001.0001.3.1.90.13.00	25	100	9.204,98
12	01.03.00.01.123.0001.2005.3.1.90.11.00	28	100	11.622,22
13	01.04.00.01.031.0001.2007.3.1.90.11.00	29	100	30.350,27
Total				587.052,57

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Apresentação do Superávit Financeiro do exercício excluídos os valores relativos ao RPPS



Exercício : 2013

Município : UNAÍ

16/09/2015 09:27:26

ATIVO	RPPS	Município Consolidado excluído o RPPS
ATIVO FINANCEIRO	36.927.723,42	26.987.864,76
Disponível	36.927.723,42	23.286.232,89
Caixa	0,00	0,00
Bancos	0,00	3.210.558,51
Vinculado	36.927.723,42	20.075.674,38
Realizável	0,00	3.701.631,87
Ações de Curto Prazo	0,00	0,00
Devedores Diversos	0,00	3.701.631,87
Transferências Financeiras a Receber	0,00	0,00

PASSIVO	RPPS	Município Consolidado excluído o RPPS
PASSIVO FINANCEIRO	15.650,00	12.586.647,86
Restos a Pagar	15.650,00	11.314.144,43
Exercício Atual	8.150,00	8.148.692,52
Exercício Anterior	7.500,00	3.165.451,91
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Depósitos	0,00	1.272.503,43
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00
Transferências Financeiras a Conceder	0,00	0,00

Superávit Financeiro do Exercício	36.912.073,42	14.401.216,90
-----------------------------------	---------------	---------------

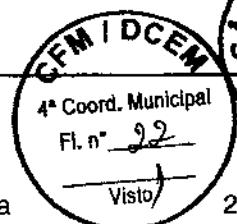
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Arrecadação Municipal Conforme Art. 29A da Constituição Federal

Exercício : 2013

Município : UNAÍ

16/09/2015



1 - Receita Tributária + Transferências

A - Impostos:

00.1112.02.00	IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	2.742.083,67
00.1112.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	5.082.110,24
00.1112.08.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.532.213,73
00.1113.05.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.871.360,29
Subtotal		21.227.767,93

B - Taxas:

00.1121.17.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sabitária	28.975,35
00.1121.25.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estab. Comerc. Industriais	19.120,14
00.1121.29.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	120.905,38
00.1121.99.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	409.330,98
00.1122.12.01	Emolumentos e Custas de Apreciação de Atos e Contratos	148.325,79
00.1122.90.00	Taxa de Limpeza Pública	995.684,23
00.1122.99.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	275.711,19
Subtotal		1.998.053,06

C - Contribuições:

00.1210.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	4.766.681,22
00.1210.29.09	Contribuição do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	58.192,17
00.1210.29.11	Contribuição de Pensionista Civil para o Regime Próprio	5.665,96
00.1230.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	985.445,94
00.1722.01.13	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	5.321,69
Subtotal		5.821.306,98

D - Transferências Correntes:

00.1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	27.897.105,90
00.1721.01.05	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.177.117,34
00.1721.36.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/96	263.961,98
00.1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	38.186.238,37
00.1722.01.02	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	6.573.362,23
00.1722.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	689.113,42
Subtotal		74.786.899,24

E - Outras Receitas Correntes:

00.1911.38.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	33.992,77
---------------	---	-----------

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Arrecadação Municipal Conforme Art. 29A da Constituição Federal

Exercício : 2013

Município : UNAÍ

16/09/2015 - 09:27:35



00.1911.40.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	63.900,66
00.1911.99.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	11.172,16
00.1913.11.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imp. sobre a Propriedade Predial e Territ. Urbana - IPTU	329.066,75
00.1913.13.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	21.139,62
00.1913.99.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	113.210,33
00.1931.11.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.455.896,62
00.1931.13.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	106.198,31
00.1931.99.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	109.592,66
Subtotal		2.244.169,88
 TOTAL:		 106.078.197,09
 Total Geral		 106.078.197,09
2 - População do Município:	77.590 habitantes.	
3 - Percentual conforme população:	7,00 %	
4 - Limite conforme art. 29A, CF/88		7.425.473,80

Município: 3170404 - Unai

Exercício: 2014

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 30/11/2015 07:30:56

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Órgão: 01 - Câmara Municipal de Unai, 02 - Prefeitura Municipal de Unai, Período: Anual, Tipo de Lançamento: 04 - Transferências Financeiras

Receitas e Despesas Extraorçamentárias



Órgão: 01 - Câmara Municipal de Unai

Unidade Orçamentária	Tipo de Lançamento	Subtipo e Descrição	Fonte de Recurso	Data do Lançamento	Ingresso	Dispêndio
01001000 - Gabinete E SECRETARIA	04 - Transferências Financeiras	0001 - Repasse à Câmara	100	31/01/2014	357.105,67	0,00
			100	28/02/2014	595.338,33	0,00
			100	31/03/2014	595.338,33	0,00
			100	30/04/2014	621.362,90	0,00
			100	31/05/2014	621.362,90	0,00
			100	30/06/2014	621.362,90	0,00
			200	31/07/2014	621.362,90	0,00
			200	31/08/2014	621.362,90	0,00
			100	30/09/2014	621.362,90	0,00
			100	31/10/2014	621.362,90	0,00
			200	30/11/2014	621.362,90	0,00
			200	31/12/2014	621.362,86	0,00
				Subtotal por Tipo	7.140.048,39	0,00
				Total por Órgão	7.140.048,39	0,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Unai

Unidade Orçamentária	Tipo de Lançamento	Subtipo e Descrição	Fonte de Recurso	Data do Lançamento	Ingresso	Dispêndio
02003000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)	04 - Transferências Financeiras	0001 - Repasse à Câmara	100	20/01/2014	0,00	357.105,67
			100	20/02/2014	0,00	595.338,33
			100	20/03/2014	0,00	595.338,33
			100	23/04/2014	0,00	621.362,90
			100	20/05/2014	0,00	621.362,90
			100	24/06/2014	0,00	621.362,90
			100	21/07/2014	0,00	621.362,90
			100	20/08/2014	0,00	621.362,90
			100	22/09/2014	0,00	621.362,90
			100	20/10/2014	0,00	621.362,90
			100	20/11/2014	0,00	621.362,90
			100	22/12/2014	0,00	621.362,86
				Subtotal por Tipo	0,00	7.140.048,39
				Total por Órgão	0,00	7.140.048,39
				Total por Município	7.140.048,39	7.140.048,39

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdicionadas e não contém qualquer juízo de valor, expandido ou não.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Situação dos Limites dos Dispostos do Anexo 1

Data/hora de geração da listagem: 30/11/15 09:31

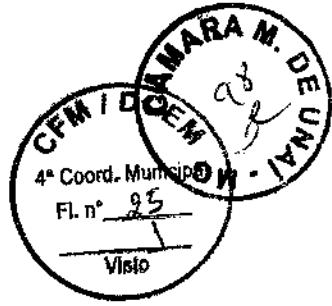
Exercício: 2015
Município: Unaí
Disposto: Todos

Data Base: 30/04
Poder: Ambos
Período: Período Atual

Parâmetros da pesquisa

Resultado da pesquisa

Poder: Executivo	Data Base: 30/04/2015	Disposto	Limite	Situação	Percentual Total Aplicado	Percentual Excedente
Despesa Total com Pessoal			54,00	Valor acima do limite	56,73%	2,73%
Divida Consolidada			0,00	Nenhum	11,16%	0,00%
Divida Consolidada Líquida			120,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Divida Mobiliária			0,00	Nenhum	0,00%	0,00%
Concessões de Garantias			22,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Operações de Crédito (exceto ARO)			16,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)			7,00	Dentro do Limite	0,00%	0,00%
Poder: Legislativo	Data Base: 30/04/2015	Disposto	Limite	Situação	Percentual Total Aplicado	Percentual Excedente
Despesa Total com Pessoal			6,00	Valor até 90% do limite	3,74%	0,00%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Situação dos Limites dos Dispostos do Anexo 1

Data/hora de geração da listagem: 30/11/15 09:31

		Parâmetros da pesquisa		Data Limite Intempestivo:	
Exercício:	2015	Data Base:	31/08		
Município:	Unaí	Poder:	Ambos		
Disposto:	Todos	Período:	Período Atual		
Resultado da pesquisa					
Poder: Executivo	Data Base: 31/08/2015	Disposto	Limite	Situação	Percentual Total Aplicado
Despesa Total com Passoal		54,00	Valor acima do limite	60,25%	6,25%
Divida Consolidada		0,00	Nenhum	11,03%	0,00%
Divida Consolidada Líquida		120,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Divida Mobiliária		0,00	Nenhum	0,00%	0,00%
Concessões de Garantias		22,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Operações de Crédito (exceto ARO)		16,00	Valor até 90% do limite	0,00%	0,00%
Antecipação de Receita Dirigamentária (ARO)		7,00	Dentro do Limite	0,00%	0,00%
Poder: Legislativo	Data Base: 31/08/2015	Disposto	Limite	Situação	Percentual Total Aplicado
Despesa Total com Passoal		6,00	Valor até 90% do limite	3,85%	0,00%





CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

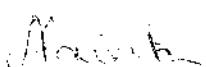


TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Nesta data, encerra-se o primeiro volume do presente processo.

O assunto continuará sendo tratado no segundo volume, que leva o mesmo número do processo e as mesmas especificações.

Unaí, 18 de maio de 2018; 74º da Instalação do Município.


Servidora Arlonilda Caixeta da Silva Braga
Chefe do Serviço de Apoio ao Processo Legislativo